

EDITORIAL

Apoio à nova Diretoria

Durante os dois anos em que estivemos à frente da Anauni, muitos momentos difíceis foram enfrentados. Hoje, porém, realizando um retrospecto dos acontecimentos, percebemos que conseguimos superar grande parte dos obstáculos que se colocaram em nosso caminho.

É bem verdade que há muitas outras questões pendentes, mas a base indispensável à continuidade dos trabalhos de representação da categoria foi consolidada.

Encerra-se, assim, mais um ciclo da história da Anauni. As duas primeiras diretorias que a conduziram tiveram como principal desafio estruturar uma entidade incipiente, tendo ainda a inglória tarefa de representar os Advogados da União perante uma Administração Pública pouco receptiva às nossas idéias.

Os tempos mudaram e, nesse novo cenário, cabe a nós oferecer todo o apoio para que a nova Diretoria da Anauni consiga concluir com êxito o seu mandato, alcançando nossa categoria a patamares superiores.

Dílson P. Pinheiro Teles
Presidente

Aclamação da chapa única

A chapa única inscrita no processo eleitoral de sucessão da Diretoria da Anauni foi eleita por aclamação.

A cobertura da cerimônia de posse da nova Diretoria pode ser conferida na próxima edição deste jornal ou no site da Associação (www.anauni.org.br).

Veja, a seguir, um breve perfil do novo presidente e vice-presidente da Anauni, além do nome, lotação e cargos de todos os integrantes da Diretoria da Associação.

Dr. Douglas Vitoriano Locateli

O novo Presidente da Anauni assumiu o cargo de Advogado da União em 2000, sendo que, pouco tempo depois recebeu recomendação de registro em sua pasta funcional relativo ao seu bom desempenho profissional e de reconhecimento do Governo Federal pelos relevantes serviços prestados.

Em 2002, recebeu nota de agradecimento da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região pela brilhante atuação como Advogado da União perante referida corte.

Além de sua atuação na AGU, Dr. Douglas já exerceu atividade docente como professor do curso de Direito na AEUDEF.

Dr. Carlos Manoel Pereira Silva

Dr. Carlos Pereira tomou posse no cargo de Advogado da União em 2000 e, durante dois meses, trabalhou na PU/PA. Depois, foi transferido para a PU/ES, onde ficou por quase dois anos. Em junho de 2002, foi para a PSU/Ilhéus/BA, sua terra natal.

Antes de iniciar sua carreira na AGU, exerceu os cargos de Oficial de Justiça, Subscrivão, Técnico Judiciário da Justiça Federal de 1ª Instância. Como Serventuário da Justiça da Bahia, Dr. Carlos fundou o Sindicato dos Serventuários (SINPOJUD).



Presidente: Douglas Vitoriano Locateli – PGU/DF.

Vice-Presidente: Carlos Manoel Pereira Silva – PSU/Ilhéus/BA.

Secretária: Sidelcy Alves Martins – SGC/Gabi/DF. 1º Suplente: Jefferson Carús Guedes – PRU/SP. 2º Suplente: Marcelo Jefferson Evangelista Bento dos Santos – PU/PI.

Diretor de Atividades Legislativas: Vanderlei José Deon – PRU/RS. 1º Suplente: Nio-mar de Sousa Nogueira – PU/RN. 2º Suplente: Ana Valéria de Andrade Rabêlo – PGU/DF.

Diretor de Comunicação: José Mauro de Lima O' de Almeida – PU/PA. 1º Suplente: Antônio Waldir Santos – PU/BA. 2º Suplente: Marcus Luiz da Silva – PU/PI.

Diretora Administrativa: Suzana Mejia – PGU/DF. 1º Suplente: Carlos Luiz Weber – PGU/DF. 2º Suplente: Manoel Batista de Oliveira Júnior – PGU/DF.

Diretora Social: Luzia Lina de Souza Corrêa – PU/MG. 1º Suplente: Aline Menin – RU/RJ. 2º Suplente: Valeschka e Silva Braga – PU/CE.

Assessor Jurídico: Agnaldo Jurandyr Silva Júnior – PGU/DF. 1º Suplente: Danielle do Rocio Coutinho Talamini – PU/PR. 2º Suplente: José Wanderley Kozima – PU/SC.

Realizações da Anauni em 2001 e 2002

pág. 2

Confira o resultado do trabalho da Diretoria da Anauni no biênio 2001/2002.

Novo Advogado-Geral toma posse

pág. 3

Conheça um pouco mais sobre a experiência profissional do atual Advogado-Geral da União, Ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa.

Entrevista

pág. 4

Veja, nesta edição, a entrevista realizada com o responsável pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico em Porto Alegre, Dr. Luiz Fernando Silveira Netto.

Uma gestão de realizações

O biênio 2001/2002 foi marcado pela consolidação da Anauni como entidade representativa dos Advogados da União. A Diretoria da Associação, apesar dos inúmeros problemas que enfrentou, conseguiu efetivar importantes realizações para a entidade e seus associados.

A primeira frente de trabalho da Diretoria foi a instalação e estruturação da sede da Anauni que, até então, não havia sido montada.

Na segunda metade de 2001, por requerimento formulado pela Associação, foi reconhecido aos Advogados da União, no âmbito administrativo, o direito de receber aumento do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica (GDAJ), independentemente de compensação com a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).



III Encontro Nacional da Anauni realizado em Salvador (BA), em outubro e novembro de 2002



No ano passado, a Anauni formalizou contratos de prestação de serviços jurídicos com escritório de Advocacia sediado no Distrito Federal. Dessa forma, foi possível promover as primeiras ações judiciais em benefício dos filiados da Associação.

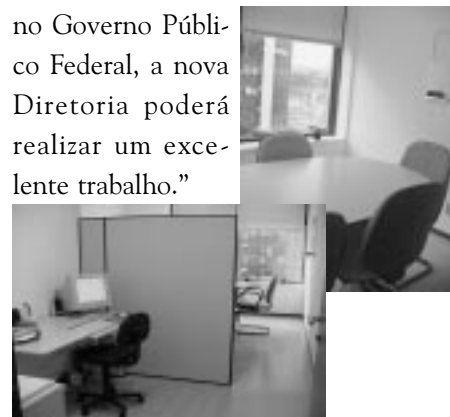
Outro contrato celebrado foi o de assessoria de imprensa com profissional da área, tornando possível a edição mensal do jornal "Anauni em Dia", a reformulação do site da Associação e a divulgação das ações da Anauni na imprensa.

Além disso, foram realizados, com bastante sucesso, dois Encontros Nacionais de Advogados da União, nos quais foram tomadas importantes decisões, possibilitando, ainda, a confraternização entre os membros da categoria.

Mas isso não é tudo. A Associação

também lançou o primeiro volume da revista jurídica da Anauni, intitulada "Debates em Direito Público", que traz artigos de autoria de membros da carreira de Advogados da União.

Segundo o Presidente da Anauni, Dr. Dílson Pinheiro Teles, "o trabalho da atual Diretoria destaca-se, principalmente, pelo fato de que a Associação – agora, bem estruturada e financeiramente estável – será entregue à nova Diretoria pronta para que possa desenvolver plenamente os seus fins." Dr. Dílson acrescenta, ainda: "tivemos muitas dificuldades em razão do momento político que a AGU viveu nos dois últimos anos, mas acreditamos que, com as mudanças no Governo Público Federal, a nova Diretoria poderá realizar um excelente trabalho."



A sede da Anauni agora dispõe de toda infraestrutura necessária para atender seus associados

NOTÍCIAS DO CONSELHO

Promoções e progressões

Em reunião realizada no dia 9 de dezembro de 2002, o Conselho Superior da AGU deliberou pela revogação do art. 5º da Resolução nº 2, de 4 de agosto de 2000, que dispõe sobre o Regulamento de Promoções e Progressões das carreiras da AGU.

Com a revogação do dispositivo, não é mais necessário, para efeito de promoções, o decurso de dois anos após o fim do estágio confirmatório, exigência que atrasava a ascensão na classe e impedia a abertura de novas vagas para a realização de concursos públicos.

Ficou decidido, também, que a progressão constará das pautas das reuniões dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, para que não haja interrupção da evolução dentro das categorias da tabela de vencimentos de Advogado da União.

Nas próximas reuniões, possivelmente, o

Conselho já deverá estar deliberando sobre as promoções dos membros da categoria. Foi enviado ao Advogado-Geral da União o parecer que dá como aptos, para o processo de promoção, 231 Advogados da União.

Remoções

Durante reunião realizada dia 23 de janeiro foi solicitada ao Advogado-Geral da União a revisão da questão relativa ao obstáculo imposto aos participantes dos processos de remoção que somente podem fazer uma opção em relação às localidades para as quais pretendem ser removidos, tendo em vista que essa regra vem trazendo prejuízos à Administração e aos membros das carreiras.

O AGU decidiu que a questão deverá ser incluída na proposta de alteração do regimento interno cuja deliberação foi incluída na pauta da próxima reunião. Os Advogados da União que quiserem apresentar sugestões devem, o quanto antes, encaminhá-las, simultaneamente,

te, aos endereços waldircomu@bol.com.br e caiwoff@hotmail.com.

Ao que parece, as remoções começarão a ser feitas em breve. Entretanto, em alguns órgãos da AGU, elas somente serão efetivadas após a posse dos novos Advogados da União.

Concurso

Dia 23 de janeiro, o Conselho decidiu, por unanimidade, pela manutenção da exigência da obrigatoriedade dos candidatos comprovarem prática forense para o concurso de Advogado da União, em face da rejeição da MP 71, que aboliu tal obrigatoriedade.

A lista de classificados no concurso foi publicada, no Diário Oficial, dia 5 de fevereiro e está disponível no site www.correioweb.com.br.

A Consultoria-Geral da União encaminhou ao CESPE expediente para que seja estabelecido cronograma com os dias referentes às demais etapas do concurso que se encontram sob sua responsabilidade.

Novo Advogado-Geral da União

No dia 2 de janeiro deste ano, o novo Advogado-Geral da União, Ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, tomou posse em um solenidade realizada no auditório da AGU, em Brasília (DF). Após receber o cargo de seu antecessor, Ministro José Bonifácio Borges de Andrada, o atual Advogado-Geral destacou que “é preciso restabelecer o império da lei, a clareza e a nitidez das relações jurídicas e a submissão de todos ao pacto maior da cidadania.”

Os integrantes da atual e da futura Diretoria da Anauni estiveram na cerimônia de posse do Ministro, oportunidade em que expressaram felicitações e sucesso ao empossado.

Experiência para ocupar o novo cargo é o que não falta ao atual Advoga-



do-Geral da União. Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, possui respeitável trajetória profissional.

O Ministro Álvaro Costa é egresso do Ministério Público Federal, tendo se aposentado no cargo de Subprocurador-Geral da República.

Para saber um pouco mais sobre a vida profissional do novo Advogado-Geral da União, basta acessar o site da AGU (www.agu.gov.br).

Adin é julgada

Por nove votos a dois, os ministros do STF julgaram improcedente os pedidos formulados na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) ajuizada pela Anauni, na qual foi questionada a constitucionalidade da MP 43/02.

Apesar do revés sofrido pela Associa-

ção quanto ao mérito, foi reconhecida a sua legitimidade ativa para propor ADIn, o que, sem dúvida, é bastante representativo para uma entidade de classe organizada.

Até a data de fechamento desta edição, o acórdão da decisão ainda não tinha sido publicado.

ANAUNI EM AÇÃO

Confira, a seguir, as ações propostas pela Associação Nacional dos Advogados da União e o andamento de cada uma delas.

▸ *Ação Direta de Inconstitucionalidade - Art. 11 e parágrafos da Medida Provisória 43/02*

Processo: nº 2713-1

Data do ajuizamento: 30/08/2002

Em curso perante o STF

Andamento: decisão publicada / aguardando publicação de acórdão.

▸ *Ação Ordinária - Gratificação de Atividade Executiva (GAE)*

Processo: nº 2002.34.00.027091-8

Data do ajuizamento: 28/08/2002

Em curso na 1ª Vara Federal do DF

Andamento: contestação apresentada.

▸ *Ação Ordinária - Reajuste de vencimentos de 3,17%*

Processo: nº 2002.34.00.016373-5

Data de autuação: 10/06/2002

Em curso na 9ª Vara Federal do DF

Andamento: aguardando decurso de prazo para defesa.

▸ *Mandado de Segurança - Promoção dos Advogados da União do 1º concurso*

Processo: MS nº 7666

Recurso Ordinário nº 2.426-7

Data de autuação: 26/04/2001

Em curso perante o STF

Andamento: aguardando parecer do MP.

ESPAÇO LITERÁRIO

O destaque da coluna *Espaço Literário*, desta edição, é a obra “**Manual de Direito Administrativo**” de autoria do Advogado da União, Dr. Luís Henrique dos Anjos, que atualmente é o Coordenador da Unidade do Centro de Estudos, na Procuradoria Regional da União de Porto Alegre (RS).

O livro foi escrito em parceria com o Dr. Walter Jone dos Anjos, Procurador aposentado do Estado do RS e pai do Dr. Luís Henrique.

A experiência na magistério superior e na advocacia pública, que os autores possuem, possibilitou a abordagem, de maneira bastante didática, da disciplina ‘Direito Administrativo’. O leitor dessa obra tem acesso a noções, conceitos e procedimentos claros e precisos sobre essa área das Ciências Jurídicas.

No livro são mencionados, de maneira sistemática, os conteúdos programáticos que devem estar contidos no currículo acadêmico do Direito Administrativo. Além disso, os autores apresentam reflexões críticas, desde a contemporânea hermenêutica, passando pelos anseios sociais por uma Administração Pública democrática e eficaz, que atue com o intuito precípua de alcançar o interesse público.

Quem adquirir a obra irá ter acesso a um excepcional texto, que procura ser o ponto de partida para novos estudos e reflexões.

O livro está disponível em livrarias jurídicas de todo o País, podendo ainda ser adquirido pelo site da Livraria do Advogado Editora (www.doadvogado.com.br).

Dados sobre a obra

“Manual de Direito Administrativo”

Livraria do Advogado Editora

380 páginas

R\$ 82,00



Neutro e parcial

Os 32 anos dedicados à Administração Pública Federal, dos quais 30 em cargos de chefia, são a prova da grande competência profissional do Advogado da União, Dr. Luiz Fernando Silveira Netto. Atualmente, ele é o responsável pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico em Porto Alegre e, durante mais de três anos, ocupou o cargo de Procurador-Chefe da União no Rio Grande do Sul. Acompanhe um pouco mais sobre a trajetória profissional do Dr. Luiz Silveira na entrevista desta edição.



Dr. Luiz Silveira Netto

1. Como foi a sua atuação como Procurador-Chefe da União no RS?

Acusados de corporativistas - na verdade nós é que tivemos de lutar contra corporativismos -, pois embora passados mais de seis anos muito poucas funções na chamada cadeia de comando foram ocupadas por Advogados da União, notadamente do primeiro concurso, ao qual pertencemos. Nosso combate foi, dentre outras condutas lícitas, compondo competentes e talentosas equipes de trabalho, dando à PU/RS uma qualidade de desempenho nacionalmente nunca antes reconhecida. Claro que isso teve um custo. Mas valeu a pena, pois parece estar surgindo mais espaço para outros colegas, que não sofrerão o desgaste que tivemos. Em nosso Rio Grande há um adágio: às vezes, colaborar com o chefe é discordar dele. Assim vimos fazendo há mais de 32 anos.

2. O que representa para o senhor ser o 1º colocado no 1º concurso de Advogado da União?

A conquista do 1º lugar no 1º concurso sempre trouxe algum desconforto, pois nós sabíamos que além de outras coisas, não poderíamos errar, também por isso. Errando, seria uma porta que não mais se abriria, das poucas que foram abertas para os meus caríssimos colegas da primeira (amarga) hora, quando ganhávamos R\$ 2.574,00 e trabalhávamos com afinco, movidos por uma bela proposta de trabalho. Ao ver meus colegas assumindo cargos aqui e acolá (vejam o Dr. Denis: que orgulho para nós!), nos sentimos alegres com a alegria deles!

3. Como é o trabalho desenvolvido pelo Núcleo e qual é a sua importância para a AGU?

O núcleo tem um importante papel, por nós detectado desde o início. Resulta de uma de suas competências, na dicção do ato regimental/AGU nº 3, de 10 de abril de 2002: estabelecer intercâmbio

de informações com outras unidades da AGU e com unidades jurídicas de órgãos e instituições da administração pública. No núcleo é assim: quarta-feira, final de tarde, nos reunimos no centro de estudos e estudamos. Começamos com temas de interesse geral (como contestar uma ação de rito comum/ordinário) adentrando nos juizados especiais federais cíveis. Nesses encontros de estudo comparecem colegas do contencioso judicial, inclusive da administração indireta, bem assim bacharéis de Direito, servidores da administração federal. Aqui queremos registrar o notável quadro de Advogados da União que compõem tal Núcleo, cujo trabalho, retratado em 277 pareceres exarados em menos de 50 dias úteis, colheu elogios generalizados da administração. De uma certa forma, vem sendo um excelente veículo de integração, notadamente em face do trabalho que está se fazendo em face dos juizados especiais federais.

4. Quais as suas aspirações futuras e como o senhor avalia a carreira de Advogado da União?

Nesses 32 anos de Administração Pública Federal, 30 foram em cargos de chefia. Aos meus filhos sempre dizemos que um verdadeiro Advogado Público deve ser neutro, posto que parcial. Quantas vezes ganhamos causas que em última análise significam a não-agregação de remuneração em nossos próprios vencimentos? Repare: um juiz é imparcial, mas não é neutro, aliás ele precisa sentir o processado para sentenciar. Esperamos que o novo governo que se instala, e sobretudo o novo Advogado-Geral da União, possa perceber a dimensão desse trabalho parcial e neutro, a exigir muito mais renúncia que outros cargos da área jurídica, arrumando de vez, dentre outras coisas, uma melhor ocupação de nossos pares na cadeia de comando e uma remuneração mais cônsona com a dignidade do cargo.

NA PONTA DO LÁPIS

Confira, abaixo, os gastos e investimentos realizados pela Anauni, durante o mês de dezembro, para melhorar ainda mais os serviços prestados aos seus associados.

DEZEMBRO DE 2002

- Aluguel e condomínio R\$ 552,50
 - Contas de luz e telefone R\$ 201,67
 - Encargos trabalhistas (Secretária) R\$ 827,64
 - Honorários Advocatícios R\$ 1.000,00
 - Contratos de prestação de serviços (Serviços Jurídicos, Assessoria de Imprensa, Webmaster e Despachante) R\$ 1.700,00
 - Tarifas de serviços bancários e CPMF R\$ 56,31
 - Material de escritório e limpeza R\$ 30,83
 - Internet R\$ 90,00
 - Despesas postais R\$ 172,30
 - Serviço Gráfico (Informativo) e Transportadora (Revista) R\$ 625,26
 - Transporte aéreo (Gol) R\$ 380,35
 - Reembolso de despesas efetuadas pela Diretoria R\$ 240,00
- TOTAL: R\$ 5.876,86**

EXPEDIENTE - Publicação mensal dirigida aos associados da Associação Nacional dos Advogados da União

SAS Qd. 05 Bl. K Ed. OK Office Tower
Sl. 611 - CEP 70.070-050 - Brasília/DF
Tel/Fax: (61) 226-7447
anauni@anauni.org.br
www.anauni.org.br

Diretoria da Anauni - 2001/2002

Presidente: Dílson Porfírio Pinheiro Teles
Vice-presidente: Beatriz Basso
Secretário: Bruno Leonardo G. Godinho
Diretora Administrativa: Thaís G. C. Rose
Diretor Financeiro: Renan Thumé Karan

Diretora Social: Aline Menin
Assessor Jurídico: Fernando Lacerda Dias
Jornalista Responsável:
Lucimar Rodrigues - MTB 4751/DF
Tiragem: 350 exemplares